



ÁREA TEMÁTICA: Classes, Desigualdades e Políticas Públicas

Condições e qualidade de vida na Região Norte: mudanças e continuidades

PINHEIRO, Luisa

Mestre em Sociologia pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Docente na Escola Superior de Ciências Empresariais

Instituto Politécnico de Viana do Castelo

luisapinheiro@esce.ipv.pt

Resumo

Esta comunicação vem no seguimento de um trabalho feito anteriormente e tem como objectivo analisar a evolução dos principais indicadores representativos das condições e da qualidade de vida na Região Norte, no passado recente. Num primeiro momento, damos conta das principais mudanças em termos da população e da actividade económica na Região e no país e, seguidamente, procedemos a uma análise das condições de habitação, de conforto e no âmbito da protecção social. Globalmente podemos concluir por uma evolução favorável, seguindo a tendência nacional. Contudo, de uma leitura mais circunscrita ressaltam tendências, de natureza e impacto diferenciado, inibidoras do desenvolvimento e da almejada coesão social da Região.

Palavras-chave: Mudança social; Condições e qualidade de vida.





Ao longo das últimas décadas tem-se vindo a assistir na Região Norte de Portugal à ocorrência de importantes mudanças estruturais no contexto mais amplo das transformações da sociedade portuguesa (Barreto, 1996; Ferrão, 1996; Gonçalves 2005 e 2008; Machado e Costa, 1998; Cardoso e Costa, 2004; Viegas et al., 1998).

Não pretendendo ser exaustivos, e reconhecendo a interferência de múltiplos factores, a comunicação a que procedemos¹ valoriza, deliberadamente, os indicadores que, na nossa opinião, melhor expressam aquelas mudanças bem como o seu impacto em termos das condições e da qualidade de vida dos indivíduos. Sempre que relevante, serão ventilados os dados da Região Norte nos seus compostos sub-regionais, isto é, reportar-nos-emos a uma análise mais minuciosa ao nível das suas NUTS III.

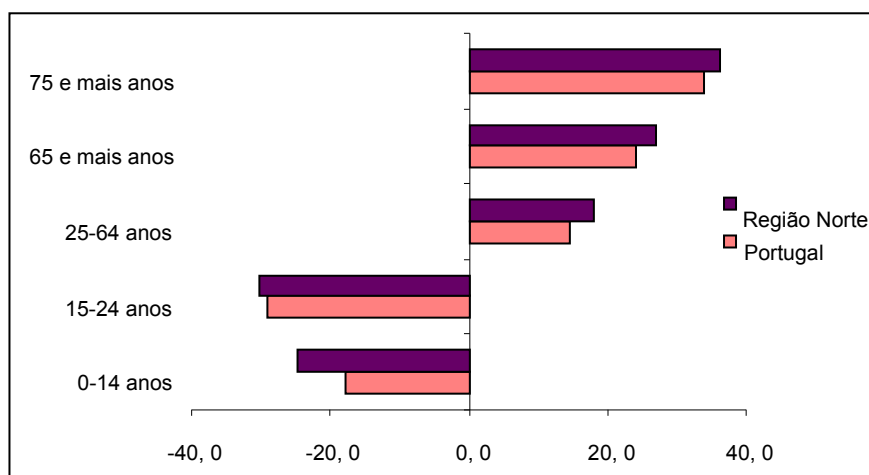
1. População e actividade económica

Nos últimos vinte anos, a Região Norte tem vindo a sofrer profundas alterações ao nível demográfico, com consequências nos mais variados domínios da vida das populações, designadamente nas estruturas familiares e socioprofissionais, na saúde, na escolaridade e na protecção social.

Tendo por base a informação projecional do Instituto Nacional de Estatística (INE), constata-se que a população residente na Região Norte cresceu, quer em termos relativos, quer absolutos. Estima-se que entre 1981 e 2006, aquele volume populacional passou de 3,4 para mais de 3,7 milhões de pessoas, salto que representa um acréscimo relativo de 7,2%. No país esse crescimento foi, naquele período, na ordem dos 9,0%.

Concomitantemente, e decorrente do declínio da natalidade, por um lado, do aumento da longevidade, por outro, assistiu-se a um aumento considerável da população idosa e mesmo, dentro desta, da população mais idosa.

Gráfico 1 – Variação percentual da estrutura etária 1991-2006



Fonte: INE, *Anuário Estatístico*



Como mostra o Gráfico acima, entre 1991 e 2006, patenteia-se uma diminuição substancial dos dois grupos etários mais jovens (0-14 anos; 15-24 anos) a par de um acréscimo dos restantes (em particular do que compreende os indivíduos com idade igual ou superior aos 75 anos). Tendência que, quer no primeiro caso quer no segundo, foi mais pronunciada na Região do que no país. Significa isto que o crescimento da população idosa superou o da população jovem.

Quadro 1 – Evolução do índice de envelhecimento

	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Portugal	79	82	86	89	93	96	99	102	104	105	107	109	110	112
Região Norte	60	63	66	68	71	74	77	80	82	84	86	89	91	93
Alto Trás-os-Montes	106	113	121	128	135	144	151	163	171	177	184	192	198	204
Ave	45	47	49	52	54	57	59	61	63	65	67	70	72	75
Cávado	46	48	50	52	54	56	58	61	62	64	65	67	69	71
Douro	87	92	98	102	108	113	117	126	130	133	136	139	143	146
Entre Douro e Vouga	54	57	60	62	65	68	71	72	75	77	80	83	86	89
Grande Porto	61	64	67	70	73	76	79	81	83	85	86	89	91	93
Minho-Lima	94	99	104	109	114	120	126	132	136	139	143	146	149	152
Tâmega	44	46	48	49	51	52	54	57	58	60	61	63	64	66

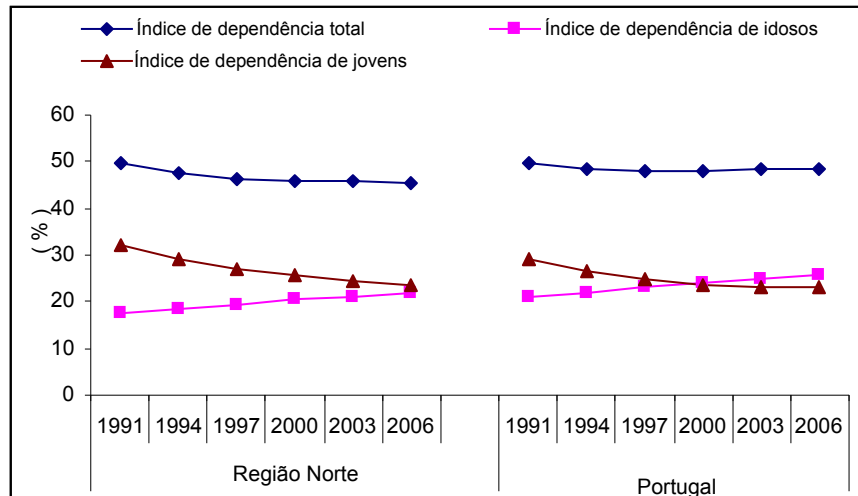
Fontes: Ministério da Segurança Social e do Trabalho, Instituto de Informática e Estatística da Solidariedade (IIES). INE, *Anuário Estatístico da Região Norte*.

Assim, e se atentarmos aos dados do Quadro 1, observa-se que em 1993, por cada 100 indivíduos com idade até 14 anos, existiam 60 indivíduos com 65 ou mais anos na Região Norte (79 em Portugal); em 2006 esse valor passou para 93 na Região (112 em Portugal). Paralelamente, podemos aferir que no seio da Região o envelhecimento populacional apresenta especificidades territoriais, deixando transparecer um padrão espacial que contrapõe as sub-regiões urbanas às sub-regiões rurais: o Alto Trás-os-Montes, o Douro e o Minho-Lima detinham os maiores índices de envelhecimento, com valores bastante acima dos encontrados para o país. A sub-região do Grande Porto, porém, apesar de urbana, apresentava um forte peso de idosos quando comparado com o da Região. Contrariamente, a sub-região urbana do Tâmega exibia o menor índice de envelhecimento, consequência da elevada percentagem de população jovem, o que se reflecte no mais elevado valor da relação de dependência demográfica de jovens, de entre todas as sub-regiões do Norte.

A evolução da estrutura etária da população reproduz-se, pois, ao nível dos índices de dependência total e dos jovens (que decresceram) e ao nível dos índices de dependência de idosos e de envelhecimento (que aumentaram). O gráfico abaixo é representativo das alterações a que aludimos. Observe-se que o índice de dependência total (que avalia o peso da população jovem e idosa, na população em idade activa) da Região se mantém inferior ao da média nacional – facto que é reforçado pelo menor índice de dependência de idosos (relação entre o número de idosos e a população em idade activa) na Região, comparativamente ao do país.



Gráfico 2 – Evolução dos Índices de dependência de 1991 a 2006



Fonte: INE, *Anuário Estatístico da Região Norte*.

Por outro lado, e tendo em atenção a informação contida no Quadro 2, verifica-se que a principal fonte de onde os indivíduos retiram os seus meios financeiros (ou em géneros) necessários à sua subsistência, tem sido o trabalho – tanto na Região como no país. O número de pessoas que viviam a cargo da família baixou consideravelmente – fenómeno associado, entre outros aspectos, à reconfiguração das estruturas familiares, principalmente à quebra do número de filhos, à feminização da vida profissional e ao conseqüente decréscimo do peso das “domésticas”. Realce-se que para este decréscimo (o das designadas domésticas) confluíram vários factores, de entre os quais realçamos: a redução das domésticas por força, quer da transferência de uma parcela para o mercado de trabalho, quer da mortalidade das que se encontravam nos grupos etários mais idosos, quer ainda da conversão de uma parte delas em pensionistas (alteração induzida pela aplicação extensiva dos regimes não contributivos da Segurança Social); a limitação do volume dos inactivos que passam a pensionistas por ficarem abrangidos pelos regimes da Segurança Social (fruto da universalização da protecção social).

Estas mudanças foram acompanhadas pelo aumento do volume dos indivíduos que beneficiavam de pensões, de subsídios (sejam de desemprego, de acidente ou outros) e de apoio social, situação que decorre, sobretudo, da expansão do Estado-providência, sem dúvida uma das mutações mais expressivas da sociedade portuguesa contemporânea.



Quadro 2 – Distribuição percentual da população residente, com 15 e mais anos, por principal meio de vida e sexo

	1981			1991			2001		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
Região Norte									
Trabalho	49,7	68,3	32,9	52,2	63,9	41,6	53,7	63,7	44,5
Subsídio de desemprego	0,5	0,4	0,5	1,2	1,3	1,1	2,5	2,4	2,6
Subsídios temporários (por acidente; doença de trabalho; outro)	0,5	0,5	0,4	0,8	0,9	0,7	0,7	0,7	0,8
A cargo da família	30,8	14,6	45,4	21,5	12,7	29,5	18,2	10,8	24,9
Pensão de qualquer natureza	16,9	14,5	19,1	18,9	16,2	21,3	21,7	19,7	23,5
Rendimento Mínimo Garantido	-	-	-	-	-	-	0,6	0,4	0,8
Outra situação	1,6	1,6	1,7	5,3	5,1	5,7	2,6	2,2	2,7
Portugal									
Trabalho	48,7	68,3	31,0	49,5	61,9	38,2	52,6	61,9	44,2
Subsídio de desemprego	0,6	0,4	0,8	1,1	1,1	1,1	2,2	2,0	2,3
Subsídios temporários (por acidente; doença de trabalho; outro)	0,5	0,5	0,3	0,7	0,8	0,6	0,6	0,6	0,7
A cargo da família	30,5	13,5	45,9	23,0	13,4	31,8	17,7	10,9	23,8
Pensão de qualquer natureza	18,0	15,6	20,1	20,9	18,5	23,2	23,8	22,1	25,4
Rendimento Mínimo Garantido	-	-	-	-	-	-	0,5	0,3	0,7
Outra situação	1,8	1,6	1,8	4,7	4,4	5,1	2,5	2,2	2,7

Fonte: INE, *Recenseamentos Gerais da População*.

É, desde logo, perceptível o ingresso maciço das mulheres no mercado de trabalho. Como se atesta no Quadro acima, entre 1981 e 1991, na Região Norte registou-se um movimento ascendente na ordem dos 37,7% (no país essa variação foi de 31,0%) e no decénio seguinte de 12,6% (20,1% no país).

A par disto, subsiste um decréscimo constante dos homens activos no conjunto da população masculina o que se deve, em larga medida, a dois aspectos: um de ordem sócio-demográfica (referimo-nos nomeadamente às transformações na estrutura etária e ao subsequente envelhecimento da população); outro ao nível sócio-cultural (com especial enfoque, o prolongamento da escolaridade dos jovens e o protelamento da sua inserção no mercado de trabalho). Releve-se, igualmente, a redução do volume e do peso relativo da população que vivia a cargo da família, o que é particularmente evidente nas mulheres. Redução que, no período em referência, foi de 31,7% na Região (35,8% no país).

O número de reformados/pensionistas, por sua vez, registou um aumento na ordem dos 214.446 indivíduos na Região (mais de 663 mil no país), o que correspondeu a uma variação de 48,1% (47,0% no país).

Tais transformações têm impactos a vários níveis, de forma diferenciada e transversal, designadamente no que respeita ao mercado de trabalho. Vejamos o quadro abaixo.

Quadro 3 – Indicadores sobre a população activa e população empregada
(em milhares de indivíduos)

	1992		1997		2002		2007	
	Região Norte	Portugal a)	Região Norte	Portugal a)	Região Norte	Portugal	Região Norte	Portugal
População activa a)								
Total	1.665,6	4.527,6	1.707,1	4.644,9	1.895,1	5.407,8	1.986,7	5.618,3
Homens	916,6	2.515,0	931,7	2.533,5	1.034,9	2.937,8	1.065,3	2.986,0
Mulheres	749,1	2.012,6	775,4	2.111,4	860,2	2.470,0	921,5	2.632,2
População empregada								
Total	1.608,8	4.340,7	1.590,4	4.331,8	1.802,3	5.137,3	1800,7	5.169,7
Homens	891,2	2.427,2	868,0	2.379,8	992,4	2.816,4	989,8	2.789,3
Mulheres	717,6	1.913,4	722,4	1.952,0	809,9	809,9	810,9	2.380,4

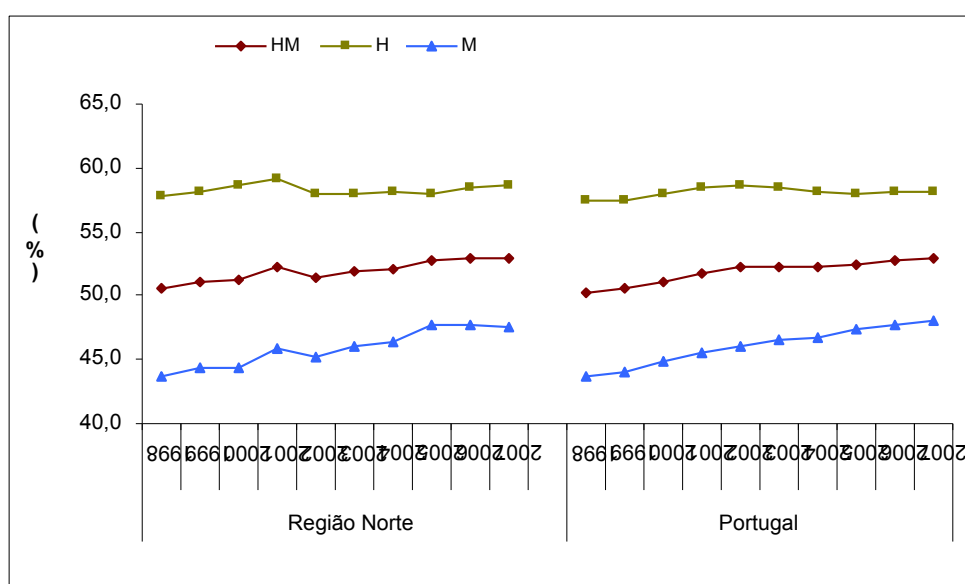
Nota: a) Os valores apresentados são relativos a Portugal Continental.

Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

Entre 1992 e 2007, como se verifica, a população activa cresceu continuamente, passando de 1.665,6 para 1.986,7 mil indivíduos (representando, respectivamente, 36,8% e 38,4% dos activos do país). Este incremento foi mais significativo nas mulheres (23,0%) do que nos homens (16,0%). Já em termos da população empregada na Região a evolução foi um pouco sinuosa, acompanhando os ciclos conjunturais da economia portuguesa. Apesar de irregular, presenciou-se um acréscimo de 11,9% (o equivalente a cerca de 191,9 mil pessoas). Também neste ponto as diferenças entre os géneros são manifestas: enquanto o contingente masculino aumentou na razão de 11,1%, o feminino expandiu-se na ordem dos 13,0%. Ocorrência que consubstancia uma das linhas estruturantes da evolução morfológica da população activa desde meados dos anos sessenta – o já referido aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho.

A evolução da taxa de actividade (Gráfico 3) confirma esta tendência. Apesar de se manter inferior à masculina, o trajecto da taxa de actividade feminina aponta para uma ampliação constante da feminização do mercado de trabalho.

Gráfico 3 – Taxas de actividade



Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*; INE, *Anuário Estatístico da Região Norte*.



Ao nível da estrutura etária dos activos da Região Norte as transformações foram igualmente evidentes (Quadro 4). Em primeiro lugar, ressalta a diminuição contínua, entre 1998 e 2006, do volume do grupo dos jovens (15 aos 24 anos), consequência do seu prolongamento no sistema de ensino e subsequente ingresso mais tardio no mercado de trabalho, comparativamente às gerações anteriores. Em segundo, percepção-se um alargamento, ainda que relativo, dos grupos dos indivíduos com idades entre os 25 e os 44 anos na sequência do ingresso das mulheres no mercado de trabalho. Em terceiro, o grupo mais velho (45 e mais anos) evoluiu no sentido de um aumento mais acentuado do seu peso relativo. Atesta-se, por conseguinte, um progressivo envelhecimento da população activa.

Quadro 4 – Distribuição percentual da população activa por grupos etários

	1998			2001			2002 a)			2005 a)			2006		
	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM
Região Norte															
15 aos 24 anos	18,0	20,0	18,9	16,8	16,1	16,4	15,6	15,3	15,4	12,5	12,0	12,3	11,6	10,9	11,3
25 aos 34 anos	27,0	29,2	28,0	27,6	30,7	29,0	25,9	28,7	27,2	26,2	28,3	27,2	25,9	28	26,8
35 aos 44 anos	23,1	22,9	23,0	23,4	23,8	23,6	24,6	25,1	24,8	25,0	25,5	25,2	25,0	26,5	25,7
45 e mais anos	31,9	27,8	30,1	32,2	29,4	31,0	34,0	30,9	32,6	36,2	34,3	35,3	37,5	34,6	36,1
Portugal															
15 aos 24 anos	15,1	15,8	15,4	14,4	13,5	14,0	13,7	12,7	13,2	10,6	9,7	10,2	10,0	9,3	9,7
25 aos 34 anos	25,5	27,1	26,2	25,9	27,6	26,7	24,8	26,7	25,7	26,1	27,6	26,8	25,9	27,3	26,5
35 aos 44 anos	23,1	23,9	23,5	23,1	24,0	23,5	23,8	24,6	24,2	24,6	25,4	25,0	24,7	25,8	25,2
45 e mais anos	36,4	33,2	35,0	36,5	34,9	35,8	37,8	36,0	37,0	38,7	37,3	38,1	39,0	37,0	38,0

Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*; INE, *Anuário Estatístico de Portugal*; INE, *Anuário Estatístico da Região Norte*.

Apesar daquele envelhecimento, o Norte apresenta um contingente juvenil superior ao da média nacional para ambos os sexos. Particularidade que poderá estar associada, entre outros aspectos, ao abandono precoce do sistema ensino e/ou insucesso escolar continuado e sequente inserção no mercado de trabalho; à insuficiência de recursos económicos dos agregados familiares; à não valorização das habilitações académicas no processo de inserção no mercado de trabalho (Gonçalves, 2005 e 2008). Especificidades, aliás, que, não só indiciam algumas das debilidades estruturais do mercado de trabalho, como também fragilidades de carácter económico e social de uma parcela da população.

Refira-se, no entanto, que no passado recente o capital escolar da população empregada tem vindo a ampliar (Quadro 5). Para isso contribuiu, em larga medida, a redução, em valores absolutos e relativos, dos indivíduos sem instrução e com o 1º e 2º ciclos do Ensino Básico, bem como a difusão dos outros níveis de escolaridade, em particular do ensino superior – não só na Região como no país, ressaltando daqui perfis evolutivos muito próximos entre uma e outro.



Quadro 5 – Distribuição percentual da população activa por níveis de escolaridade

	1999	2001	2002	2005	2006	2007
Região Norte						
Sem instrução	9,8	8,4	7,5	6,2	5,6	5,4
Ensino Básico – 1º ciclo	37,5	34,6	35,2	32,3	31,2	30,2
Ensino Básico – 2º ciclo	25,2	25,4	25,2	23,5	24,4	23,8
Ensino Básico – 3º ciclo	11,8	13,3	13,8	15,7	15,3	16,3
Secundário	9,0	10,7	10,5	11,8	12,4	12,6
Superior	6,7	7,6	7,8	10,5	11,2	11,7
Portugal						
Sem instrução	9,8	8,7	7,9	5,7	5,3	5,1
Ensino Básico – 1º ciclo	35,0	33,5	33,4	29,2	28,2	27,4
Ensino Básico – 2º ciclo	20,4	20,4	20,2	19,5	19,5	19,7
Ensino Básico – 3º ciclo	13,8	15,3	16,1	17,8	18,1	18,6
Secundário	11,7	12,4	12,6	14,5	15,2	15,1
Superior	9,3	9,7	9,8	13,2	13,6	14,1

Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*; INE – *Anuário Estatístico da Região Norte*.

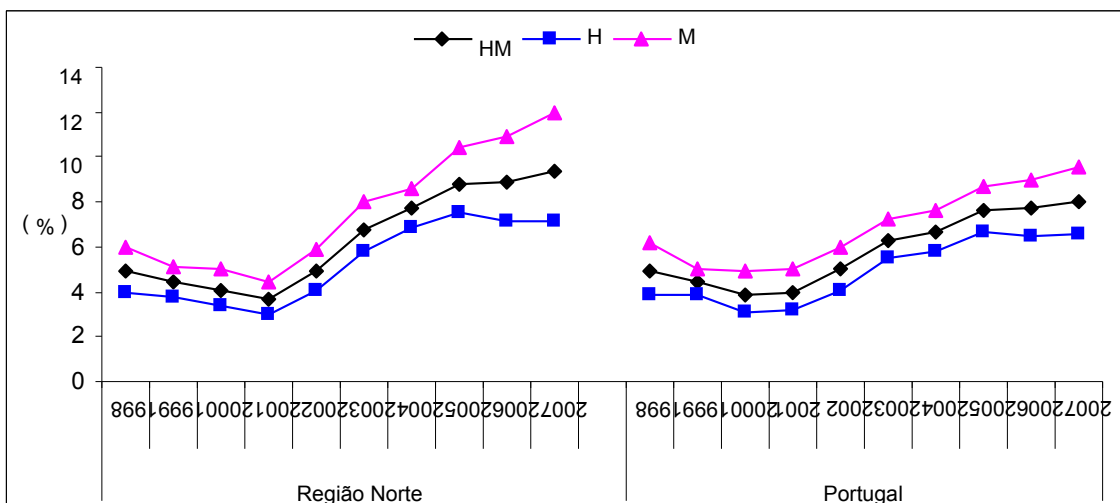
Não obstante, o nível de escolaridade médio dos activos da Região permanece baixo. Em 2007, cerca de 76,0% dos activos detinha um nível de habilitações não superior à escolaridade obrigatória, percentagem acima da encontrada para a média nacional (que se situava nos 70,8%). O défice ao nível de instrução e de formação da população persiste, o que constitui um óbice à capacidade de (re)inserção laboral dos indivíduos, seja no sentido da mobilidade vertical intra-categorial ou de mudança de empresa, seja da saída da situação de desemprego.

Quanto ao desemprego registado, é visível na Região uma diminuição ininterrupta entre 1998 e 2001 – passou de 4,9% em 1998 para 3,7% em 2001. Analisando a evolução do desemprego por género (naquele período) importa destacar o seguinte: o desemprego masculino apresentava uma taxa de variação ligeiramente superior (21,1%) à feminina (20,9%); a proporção das mulheres no conjunto dos desempregados mantém-se mais elevada; a taxa de desemprego feminina permaneceu para todos os anos superior à masculina.

Em 2002, aquela tendência inverteu-se, iniciando-se um trajecto de forte crescimento do desemprego na Região – maior do que a nível nacional. Entre esse ano e 2007, o número de desempregados aumentou 100,4% (o que equivale a mais de 93,2 mil indivíduos). Este crescimento foi mais notado no segmento feminino que apresentou uma variação de 119,2% (mais de 60,1 mil desempregadas), enquanto o masculino se ficava pelos 77,8% (mais de 33 mil desempregados). Dados que apontam empiricamente para a maior vulnerabilidade das mulheres face a este fenómeno social, na medida em que ocupam, comparativamente aos homens, maioritariamente postos de trabalho pouco qualificados e contratualmente precários, que são objecto privilegiado de extinção em contextos de crise económica e de limitação dos custos salariais das organizações (*Idem, ibidem*).



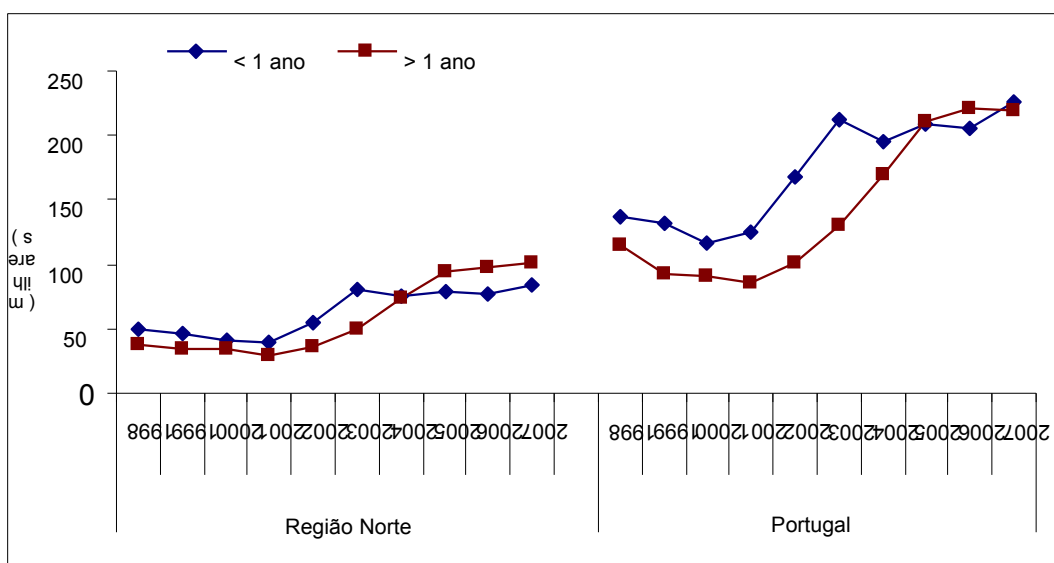
Gráfico 4 – Taxa de desemprego por sexo



Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*; INE, *Anuário Estatístico da Região Norte*.

É por outro lado expressivo que a expansão do desemprego na Região foi acompanhada pelo alongamento da sua duração (Gráfico 5). Entre 1998 e 2001 predominavam os desempregados que permaneciam nessa situação há menos de um ano. A situação alterou-se em 2005. Resultante do acréscimo continuado e persistente do desemprego, a par das dificuldades de (re) inserção no mercado de trabalho, o desemprego de longa duração (DLD) expandiu-se fortemente (7,4% nos dois últimos anos para o Norte; 4,2% para o país), o equivalente a um aumento de cerca 7 mil indivíduos na Região (cerca de 8,8 mil no território nacional). Mais, em 2007 o Norte concentrava 46,1% dos DLD do país. Estes valores traduzem claramente a crise de emprego que subsiste na Região, com todos os efeitos perversos que daí advêm, tanto em termos materiais como simbólicos, tendencialmente indutores de situações de pobreza (objectiva e subjectiva) e exclusão social.

Gráfico 5 – Duração do desemprego



Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*.



Tomando como referência a estrutura sectorial do emprego para a globalidade da Região destacam-se, em termos diacrónicos, a difusão da desruralização, da desindustrialização e o incremento da terciarização. Processos, aliás, que tiveram o seu início nos anos sessenta e que, em algumas das suas dimensões, são comuns a outros espaços geográficos nacionais (Ferrão, 1992; Barreto, 1996; Machado e Costa, 1998; Cardoso e Costa, 2004).

As reconfigurações ocorridas nas duas unidades territoriais de referência são incontestáveis.

Quadro 6 – Distribuição percentual da população empregada por sectores de actividade

	1981		1991		2001	
	Região Norte	Portugal	Região Norte	Portugal	Região Norte	Portugal
Primário						
Total	19,8	19,7	10,6	10,8	4,8	5,0
Homens	18,3	19,6	11,0	11,7	5,6	6,0
Mulheres	22,5	20,0	10,0	9,4	3,7	3,7
Secundário						
Total	47,6	38,7	49,4	37,9	45,8	35,1
Homens	52,1	43,9	52,4	43,3	52,0	43,8
Mulheres	39,3	28,5	45,1	29,7	37,7	24,1
Terciário						
Total	32,6	41,6	40,0	51,3	49,5	59,9
Homens	29,5	36,5	36,6	45,0	42,4	50,2
Mulheres	38,2	51,4	44,9	60,9	58,6	72,2
% do emprego feminino						
Primário	40,4	34,6	38,8	34,9	33,8	32,9
Secundário	29,4	25,1	37,6	31,4	35,8	30,2
Terciário	41,7	42,1	46,2	47,4	51,6	53,2

Fonte: INE, *Recenseamentos Gerais da População*.

Na primeira década o peso do sector Primário no total do emprego passou de 19,8% para 10,6%, o que corresponde a um decréscimo de 39,3%. No decénio seguinte, este movimento intensificou-se: o peso do sector quedou-se pelos 4,8% patenteando-se a uma variação negativa de 50,4% dos efectivos naquele sector. O êxodo da população agrícola fez-se, como refere Gonçalves (2008), em direcção à indústria transformadora, à construção e obras públicas, a algumas das actividades do Terciário (em especial àquelas que demandavam menores habilitações académicas e profissionais).

O emprego no sector Secundário na Região Norte, por sua vez, evoluiu, desta feita com algumas oscilações. Nos primeiros dez anos aumentou 18,1% – valor muito superior ao encontrado para o país (5,6%) – o que, associado aos fluxos de entrada e de saída registados nos outros dois sectores de actividade, se reflectiu no aumento do seu peso relativo para cerca de metade do total da população empregada na Região. Subida que, refira-se, se diferenciou consoante o género: uma variação de 4,5% para os homens; de 50,6% para as mulheres. Sublinhe-se que a intensificação do processo de feminização do mercado de trabalho em muito contribuiu para a dilatação do emprego no Secundário – em 1991 a proporção de mulheres naquele sector era de 37,6%; dez anos antes era de 29,4%. Comparativamente, em 2001, o volume de emprego no sector cresceu moderada (2,2%) e distintamente (5,0% para os homens; -2,6% para as mulheres). O posicionamento do sector Secundário no total do emprego regional, por seu turno, ficou nos 45,8%. No conjunto do sector, predominava a indústria transformadora, em especial o têxtil, o vestuário, o calçado, o mobiliário e a cortiça – actividades económicas em que prevalecem níveis remuneratórios limitados e uma mão-de-obra com baixas qualificações académicas e profissionais. A



evolução indicada reflecte, assim, o desenvolvimento da desindustrialização, um dos fenómenos mais marcantes da estrutura económica regional e nacional.

A par disto, nos anos oitenta, o volume de emprego no Terciário² na Região foi aumentando 39,5%. No decénio seguinte, percepção-se uma evolução ligeiramente mais reduzida (mas igualmente expressiva), na razão dos 36,3%. Em 2001 o Terciário concentrava 49,5% do emprego regional – percentagem inferior à média nacional, que era de 59,9%. Importa sublinhar que a intensificação da terciarização – outro dos importantes processos de recomposição socio-económica da Região – está estritamente relacionada com duas outras mudanças importantes: a inserção das mulheres no mercado de trabalho; a extensão das actividades do Estado e dos serviços prestados aos particulares e às empresas (Barreto, 1996).

2. Habitação e conforto

Em matéria de condições de habitação e de conforto, desde logo, sobressaem as melhorias generalizadas, em valores absolutos e relativos, quer na Região, quer no país. Melhorias que se materializaram na expansão dos recursos habitacionais, daí resultando transformações quantitativas e qualitativas no parque habitacional. Não obstante, em termos globais, as condições de conforto (infra-estruturas, equipamentos domésticos, condições de alojamento) tenham melhorado substancialmente no decorrer dos dois últimos decénios, na Região Norte persistem áreas territoriais onde as condições de vida das populações se mantêm austeras e as infra-estruturas habitacionais básicas incipientes.

Quadro 7 – Distribuição percentual dos alojamentos de residência habitual, sem as infra-estruturas básicas, em 2001

	Sem electricidade	Não tem água canalizada	Não tem instalação de banho ou duche	Sem retrete no alojamento	Sem sistema de esgotos	Não tem cozinha
Portugal	0,5	1,5	6,3	2,5	1,7	0,3
Região Norte	0,4	1,9	8,2	2,5	2,0	0,3
Alto Trás-os-Montes	0,8	1,9	10,9	7,8	2,2	0,3
Ave	0,2	1,6	6,7	1,4	1,6	0,2
Cávado	0,3	1,3	6,0	1,4	1,4	0,2
Douro	0,8	4,0	13,6	6,3	4,2	0,5
Entre Douro e Vouga	0,2	1,7	7,4	1,6	1,8	0,2
Grande Porto	0,1	0,6	5,8	0,9	0,7	0,3
Minho-Lima	0,8	2,9	10,0	4,1	3,2	0,2
Tâmega	0,5	4,2	13,2	3,3	4,5	0,3

Fontes: INE, *Recenseamentos Gerais da População*.

A situação habitacional das populações assume, como se constata, padrões regionais específicos, caracterizando a heterogeneidade no seio da Região Norte (Quadro 7). De facto, apesar das dinâmicas positivas ao nível das infra-estruturas habitacionais (electricidade, água canalizada, instalação de banho ou duche, instalações sanitárias), subsistem continuidades face ao passado recente. Referimo-nos especificamente às fracas condições de habitabilidade ainda existentes em algumas das sub-regiões que constituem a Região Norte, a saber: no Douro e no Alto Trás-os-Montes e no Tâmega³. São diversos os estudos⁴ que indicam ser os grupos sociais mais vulneráveis a situações de pobreza e de exclusão os que



sobrevivem nessas condições. Referimo-nos nomeadamente aos idosos pensionistas, aos assalariados de baixo nível de remuneração, aos trabalhadores precários e da economia informal, aos desempregados (sobretudo os DLD) e às minorias étnicas, seja por constituírem grupos socialmente marginalizados, seja por usufruírem de rendimentos que se situam, não raras vezes, abaixo do limiar de pobreza. Segmentos, aliás, que tendem a acumular baixos níveis de instrução, baixos rendimentos, isolamento físico e/ou social, baixa participação social e cívica, a que se juntam condições de habitação e de conforto degradantes.

Mas porque as condições de vida das populações não se esgota nos equipamentos de carácter infra-estrutural das habitações, torna-se igualmente pertinente atender à (in)existência nos alojamentos de residência habitual de alguns equipamentos domésticos e de consumo durável, considerados socialmente básicos. Embora o arco temporal em análise seja curto (1990-2000), é possível reter alguns apontamentos. Em 2000, cerca de 98,0% dos agregados tinham televisão, 82,2% dispunham de máquina de lavar roupa, 75,5% usufruíam de telefone, 67,5% possuíam aparelhos de aquecimento; enquanto em 1990, essas percentagens eram de 90,5%, 42,3%, 40,2% e 43,6% respectivamente. De notar que alguns bens mais recentes, tais como o computador pessoal, o micro-ondas, o leitor de CD's e a televisão por cabo têm vindo a ser usufruídos por um número crescente de famílias. Mas, é o telemóvel que se destaca pela rapidez da mudança: em cinco anos, o seu acesso na Região passou de cerca de 3,0% em 1995, para 47,4% em 2000. Também o número de domicílios com automóvel ligeiro/misto aumentou significativamente, ainda que em menor grau, cerca de 20 pontos percentuais entre 1990 e 2000.

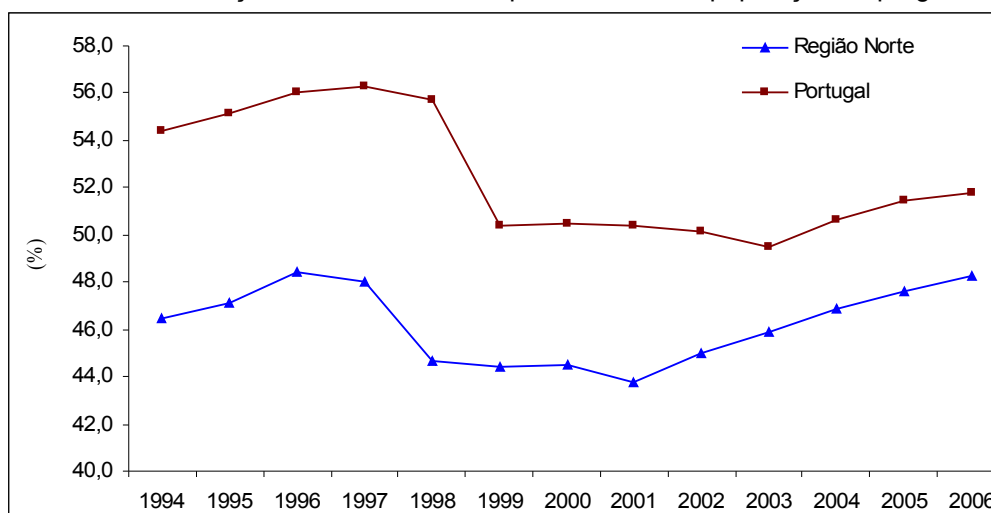
3- Protecção Social

No decurso das implicações estruturantes que advêm das mudanças sociais a que temos vindo a fazer referência, torna-se igualmente pertinente equacionar as grandes tendências em matéria de Protecção Social.

Como vimos anteriormente, o número de reformados/ pensionistas cresceu notoriamente, o número de activos empregados tem diminuído de forma acentuada (resultante do aumento do desemprego) e, conseqüentemente, o contingente contributivo tem assumido um trajecto decrescente. Ora, sob o efeito conjugado do envelhecimento da população e do declínio do número de activos por pensionista, as dificuldades subjacentes ao financiamento e à sustentabilidade da Segurança Social em Portugal têm vindo a agravar-se⁵.



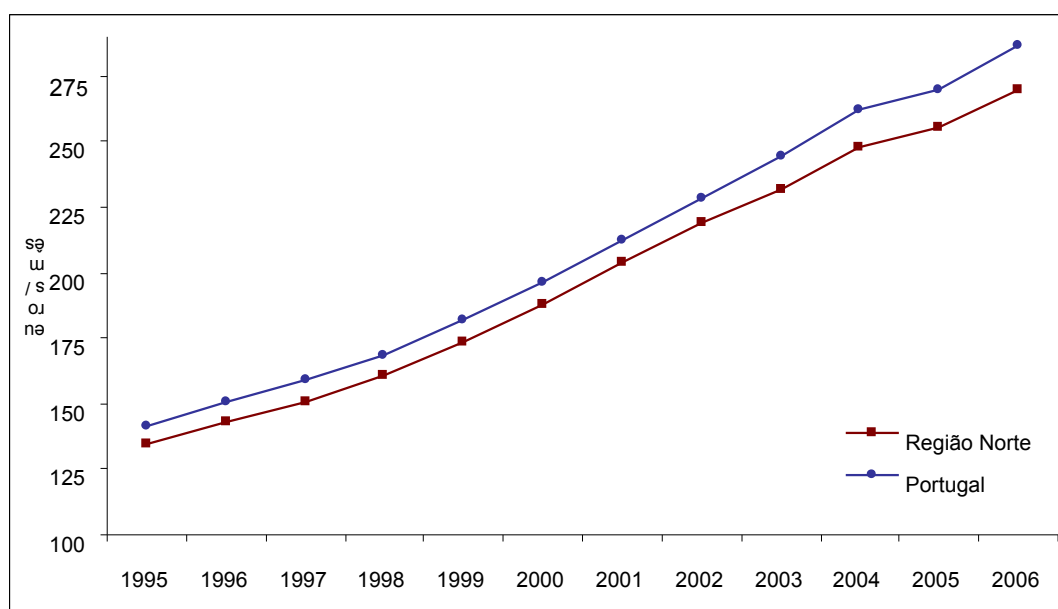
Gráfico 6 – Relação entre o número de pensionistas e a população empregada



Fontes: Ministério da Segurança Social e do Trabalho, Instituto de Informática e Estatística da Solidariedade (IIES). INE, *Anuário Estatístico da Região Norte*.

Os montantes das prestações invalidez/ velhice/ sobrevivência pagas, por sua vez, têm aumentado, qualquer que seja a unidade geográfica em causa. Porém, o seu valor continua a ser exíguo⁶. Comparativamente, a Região Norte revela sempre um valor médio mensal das pensões inferior ao valor médio pago no país.

Gráfico 7 - Valor médio mensal das pensões pagas a pensionistas em 31 de Dezembro, em euros



Fontes: Ministério da Segurança Social e do Trabalho, Instituto de Informática e Estatística da Solidariedade (IIES). INE, *Anuário Estatístico da Região Norte*.

As disparidades intra-regionais sobressaem quando equacionamos os montantes médios mensais usufruídos pelos pensionistas. O Alto-Trás-os-Montes e o Douro detinham os valores médios mensais mais baixos das pensões. Em contrapartida, os pensionistas do Grande Porto auferiam valores que



ultrapassavam a média registada para o país. Entendemos que este diferencial poderá estar relacionado com o sector de actividade dos pensionistas – enquanto que nas zonas mais rurais da Região o cálculo das pensões é feito tendo por referência uma actividade mais ligada ao sector primário e, por conseguinte, com salários mais baixos; no Grande Porto, o cálculo faz-se tendo por base actividades com remunerações mais elevadas (indústria e serviços, por exemplo). Acresce-se que o facto de só após o 25 de Abril de 1974 se ter criado um sistema de protecção social universal e obrigatório, como refere Capucha, induziu “que muitos dos actuais beneficiários do sistema sejam pessoas sem passado contributivo ou que o tiveram muito limitado. Passados contributivos curtos por parte de sectores importantes dos beneficiários e a limitação de base contributiva resultante dos baixos níveis salariais médios, produzem níveis de benefícios relativamente baixos, incapazes de colocar todos os beneficiários (...) com rendimentos acima dos limiares de pobreza.” (Capucha, 2005, p. 147-148).

Importa, ainda, desenvolver uma análise sobre os beneficiários do subsídio de desemprego no passado recente. Da ventilação dos dados do Quadro 8, conclui-se que, na sequência do agravamento do desemprego e da necessidade de apoiar financeiramente os indivíduos por ele atingidos, o número de beneficiários da prestação desemprego assume um comportamento crescente entre 2002 e 2006, sendo que a variação na Região Norte (51,7%) superou largamente a do país (36,8%). Entre as sub-regiões sobressaíam o Ave, o Tâmega e o Entre Douro e Vouga, cujas variações mais do que duplicaram a encontrada para o país

A partir de 2005 assistiu-se a uma diminuição do número de beneficiários relativamente aos anos anteriores, qualquer que fosse a área geográfica em causa. Também ao nível das sub-regiões essa tendência foi notada. Releve-se, no entanto, que àquela diminuição não corresponde necessariamente um decréscimo do número de desempregados registados pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP). Reflecte, isso sim, alterações em termos das regras de atribuição do subsídio de desemprego, e/ ou um aumento dos indivíduos à procura do 1º emprego (e que não têm direito ao subsídio).

Quadro 8 – Beneficiários do subsídio de desemprego

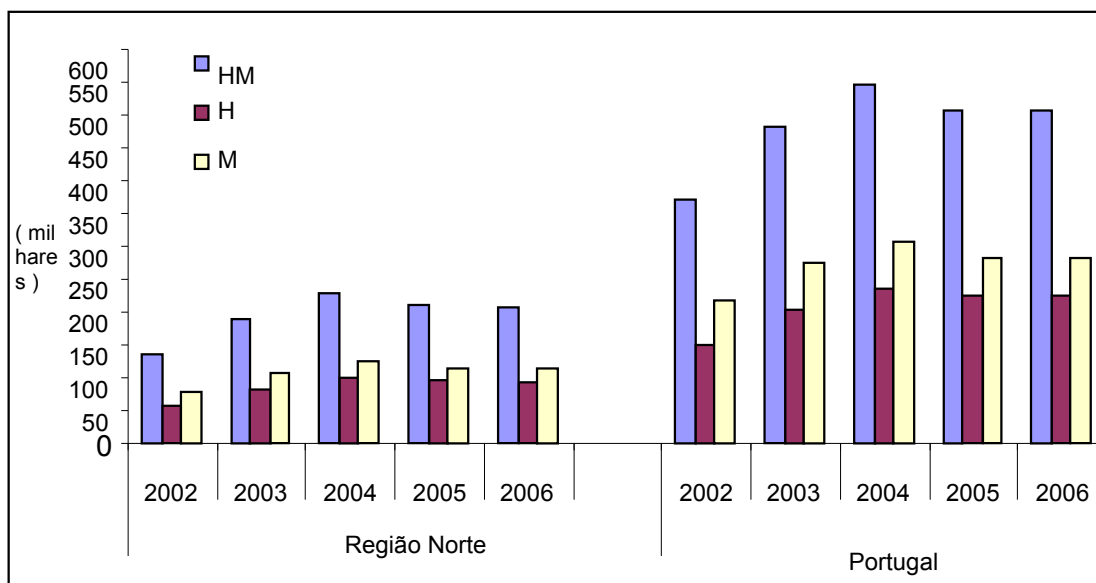
	2002	2003	2004	2005	2006
Portugal	370.144	482.045	546.152	506.445	506.397
Região Norte	136.879	188.586	226.948	211.387	207.708
Alto Trás-os-Montes	4.831	6.781	7.603	6.780	6.935
Ave	22.387	33.370	41.774	41.318	40.482
Cavado	13.501	18.157	20.331	19.853	19.984
Douro	6.045	7.116	8.158	7.692	8.343
Entre Douro e Vouga	7.644	10.520	13.410	13.309	13.727
Grande Porto	60.171	80.683	96.135	86.344	83.693
Minho-Lima	7.038	8.299	9.623	8.875	8.654
Tâmega	15.262	23.660	29.914	27.216	25.890

Fontes: Ministério da Segurança Social e do Trabalho, Instituto de Informática e Estatística da Solidariedade (IIES). INE, *Anuário Estatístico da Região Norte*.

Desdobrando os beneficiários por género, nota-se que, nos cinco anos em análise, mais de metade daqueles sujeitos (quer ao nível da Região Norte, quer do país) era do sexo feminino, pondere-se o total de desempregados ou apenas os novos desempregados. Como refere Gonçalves (2005), se uma das tendências da estrutura social portuguesa tem sido a crescente feminização da população activa, é também importante mencionar que em períodos de recessão económica as mulheres, em comparação aos homens, são as mais vulneráveis ao fenómeno do desemprego.



Gráfico 8 – Beneficiários do subsídio de desemprego, por sexo



Fontes: Ministério da Segurança Social e do Trabalho, Instituto de Informática Estatística da Solidariedade (IIES). INE, *Anuário Estatístico da Região Norte*.

Apesar do decréscimo daquele número, verifica-se um aumento dos valores processados nessa função – registe-se que em 2002 a Região detinha mais de 36,0% do total do montante processado ao nível do território nacional. Em 2006 atingia os 40,7%. Ao nível das sub-regiões, em todos os anos em análise, era o Grande Porto que centralizava cerca de 45,0% dos montantes processados ao nível da Região. Sublinhe-se que era também esta sub-região a que concentrava o maior número de beneficiários do subsídio de desemprego. Tal facto poderá estar associado, por um lado, ao agravamento do desemprego de indivíduos com maiores qualificações académicas e profissionais e com remunerações mais elevadas; por outro, à maior antiguidade nos postos de trabalho.

No que respeita às prestações sociais do regime não contributivo – o Rendimento Mínimo Garantido (RMG) e o Rendimento Social de Inserção (RSI) – denota-se que o volume da população abrangida é elevado, o que é deveras preocupante se considerarmos que estamos perante medidas que funciona(ram) como instrumentos de combate à pobreza extrema e à exclusão social. Vejamos.

Em 2004, cerca de 133 mil pessoas residentes na Região eram beneficiárias do RMG, valor que corresponde a 3,6% do total da população residente na Região Norte. Também ao nível das sub-regiões os números encontrados eram representativos. No Tâmega e no Douro o peso daqueles beneficiários face ao total de residentes era o mais elevado. (5,7% e 4,6%, respectivamente).



Quadro 9 – Número de beneficiários do RMG, por sexo

	2002			2003			2004		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
Portugal	364.566	169.795	194.771	a)	a)	a)	281.471	131.913	149.558
Região Norte	157.903	73.584	84.319	155.880	73.014	82.866	132.792	62.307	70.485
Alto Trás-os-Montes	9.829	4.786	5.043	7.717	3.768	3.949	5.455	2.671	2.784
Ave	9.979	4.756	5.223	10.344	4.944	5.400	8.226	3.993	4.233
Cávado	8.519	4.014	4.505	7.727	3.664	4.063	5.754	2.741	3.013
Douro	14.861	7.075	7.786	12.527	5.941	6.586	9.915	4.694	5.221
Entre Douro e Vouga	8.323	3.825	4.498	8.284	3.836	4.448	6.238	2.888	3.350
Grande Porto	59.866	27.859	32.007	63.648	29.827	33.821	58.673	27.535	31.138
Minho-Lima	11.638	5.073	6.565	9.060	3.951	5.109	6.612	2.880	3.732
Tâmega	34.888	16.196	18.692	36.573	17.083	19.490	31.919	14.905	17.014

a) Dado não disponível.

Fontes: Ministério da Segurança Social e do Trabalho, Instituto de Informática e Estatística da Solidariedade (IIES). INE, *Anuário Estatístico da Região Norte*.

Já no que concerne aos beneficiários do RSI⁷, e como podemos aferir dos dados fornecidos pelo Quadro 10, no ano de 2006, na Região havia cerca de 340 mil beneficiários do RSI, número que representava um acréscimo face ao ano anterior na ordem dos 121,0%, o equivalente a cerca de 88 mil pessoas.

Quadro 12 – Número de beneficiários do Rendimento Social de Inserção, por sexo

	2004			2005			2006		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
Portugal	86.195	40.054	46.141	202.099	94.233	107.866	339.621	158.018	181.603
Região Norte	24.636	11.508	13.128	72.771	34.047	38.724	160.861	74.748	86.113
Alto Trás-os-Montes	2.229	1.105	1.124	4.501	2.196	2.305	4.863	2.355	2.508
Ave	2.744	1.330	1.414	8.166	3.897	4.269	13.199	6.293	6.906
Cávado	2.274	1.096	1.178	5.792	2.742	3.050	7.446	3.500	3.946
Douro	2.127	988	1.139	6.304	3.017	3.287	9.520	4.499	5.021
Entre Douro e Vouga	1.721	790	931	4.985	2.326	2.659	5.833	2.704	3.129
Grande Porto	6.212	2.913	3.299	18.757	8.758	9.999	76.421	35.388	41.033
Minho-Lima	2.911	1.245	1.666	6.248	2.711	3.537	6.554	2.867	3.687
Tâmega	4.418	2.041	2.377	18.018	8.400	9.618	37.025	17.142	19.883

Fontes: Ministério da Segurança Social e do Trabalho, Instituto de Informática e Estatística da Solidariedade (IIES). INE, *Anuário Estatístico da Região Norte*.

Se olharmos para os dois anos mais recentes, é notável a subida do número de beneficiários de RSI na Região Norte (121,1%) e em todas as suas sub-regiões, sobretudo no Grande Porto (307,4%) e no Tâmega (105,5%) – valores, aliás, que superavam largamente os encontrados para a Região, o que traduz, entre outros aspectos, uma manifesta degradação da qualidade de vida daquelas populações, quer em termos individuais quer sociais.



Considerações finais

Em termos conclusivos, parece-nos ter cabimento algumas notas, a propósito das transformações que ao longo das últimas décadas foram paulatinamente transformando a Região Norte, com repercussões em termos da qualidade e das condições de vida dos indivíduos. Globalmente podemos concluir por uma evolução favorável, seguindo a tendência nacional. De uma leitura mais circunscrita, sobressai um conjunto de tendências de mudança social, de natureza e impacto diferenciado, que importa reter nos seus traços axiais.

Desde logo ressaltam as importantes mudanças ao nível demográfico e das dinâmicas do mercado de trabalho. Destacam-se: o envelhecimento da população residente e da população activa; a crescente participação das mulheres no mercado de trabalho; o decréscimo da taxa de emprego; o rápido e intenso aumento da taxa de desemprego.

Também em termos de principal meio de vida as alterações são notadas. O trabalho constitui a principal fonte de rendimento das famílias. O número de pessoas que viviam a cargo da família baixou consideravelmente – fenómeno associado, entre outros aspectos, à recomposição familiar, nomeadamente à quebra do número de filhos, à feminização da vida profissional e ao subsequente decréscimo do peso das mulheres “domésticas”. Esta evolução foi acompanhada pelo aumento do peso dos indivíduos que beneficiavam de pensões, de subsídios e de apoio social, situação que decorre, em larga medida, da expansão do Estado-providência, sem dúvida uma das alterações mais importantes na sociedade portuguesa contemporânea.

Por outro lado, salientam-se as melhorias significativas na situação habitacional, as quais se consubstanciam na expansão dos recursos habitacionais, de onde resultam transformações quantitativas e qualitativas no parque habitacional. São disso comprovativas as informações relativas às infra-estruturas, aos equipamentos domésticos e às condições de alojamento das populações.

Não obstante se reconheça uma evolução global das condições e da qualidade de vida na Região, medida através da bateria dos diversos indicadores accionados, as desigualdades intra regionais, por um lado, entre a Região e o país, por outro, persistem.



Bibliografia

- ALMEIDA, João Ferreira [et al.] (1992), *Exclusão social: factores e tipos de pobreza em Portugal*, Oeiras, Celta Editora.
- ALMEIDA, João Ferreira [et al.] (2000), *Competitividade e exclusão social: as áreas metropolitanas de Lisboa e Porto*, CIES/ DINÂMIA/ Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Fundação para a Ciência e Tecnologia, Programa Praxis XXI.
- BARRETO, António, org. (1996), *A situação social em Portugal - 1960-1995*, Lisboa, ICS.
- CAPUCHA, Luís (2000), “Exclusão profissional, exclusão social e cidadania”, in VIEGAS, José Manuel Leite; DIAS, Eduardo Costa, org., *Cidadania, integração, globalização*, Oeiras, Celta Editora, pp. 187-201.
- CAPUCHA, Luís, coord. (2003), *Impacto da estratégia europeia para o emprego em Portugal. Síntese dos estudos de avaliação*, Lisboa, DEPP/MSST.
- CAPUCHA, Luís (2005), *Desafios da Pobreza*, Oeiras, Celta Editora.
- CARDOSO, Gustavo; COSTA, Firmino da (2004), *A sociedade em rede em Portugal*, Oeiras, Celta Editora.
- CARREIRA, Henrique Medina (1996), “As políticas sociais em Portugal”, in BARRETO, António, org., *A situação social em Portugal - 1960-1995*, Lisboa, ICS, pp. 365-477.
- CASTEL, Robert (1995), *Les métamorphoses de la question sociale. Une chronique du salariat*, Paris, Fayard.
- CASTELLS, M. (2001), *A era da informação: economia, sociedade e cultura*, Vol. I, II e III, Lisboa, FCG.
- CHORINCAS, Joana (2003), *Dinâmicas regionais em Portugal – Demografia e Investimentos*, disponível em http://www.dpp.pt/gestão/ficheiros/dinâmicas_regionais.pdf, [Data de acesso: 23 de Março de 2008].
- COMISSÃO DE COORDENAÇÃO REGIONAL DO NORTE (1998), *Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social 2000-2006. Diagnóstico Prospectivo da Região Norte*, Porto, Comissão de Coordenação Regional do Norte.
- COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO NORTE (2006), *NORTE 2015: Competitividade e Desenvolvimento – Uma Visão Estratégica*, disponível em <http://www.ccr-norte.pt/regnorte/norte2015.php>, [Data de acesso: 12 de Fevereiro de 2007].
- COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO NORTE (2007) – *Programa Operacional do Norte 2007-2013*, disponível em <http://www.ccr-norte.pt/regnorte/norte2015.php>, [Data de acesso: 22 de Março de 2008].
- COSTA, Alfredo Bruto da [et al.] (1999), *Pobreza e exclusão social em Portugal: a área metropolitana do Porto*, disponível em http://www.dpp.pt/gestao/ficheiros/pobreza_amp.pdf, [Data de acesso: 02 de Fevereiro de 2007].
- COSTA, Alfredo Bruto da (2000), *Exclusões Sociais*, Lisboa, Gradiva.
- FERNANDES, José Alberto (1999), “Comércio na Região Norte: apontamentos para uma primeira avaliação”, in SANTOS, Luís; BESSA, Daniel, *Região Norte de Portugal*, Porto, Edições Afrontamento, pp. 191-210.
- FERREIRA, Leonor Vasconcelos (2000), *Distribuição do rendimento e pobreza: a Região Norte no contexto nacional entre 1990 e 1995*, disponível em <http://www.ine.pt>, [Data de acesso 26 de Março de 2007].



FERREIRA, Leonor Vasconcelos (2005), *Dinâmica de rendimentos, persistência da pobreza e políticas sociais em Portugal*, Porto, FEP – Working Papers.

FERRÃO, João (1992), “As fragilidades do processo de modernização social”, in REIS, António, dir., *Portugal Contemporâneo*, vol. 6, Lisboa, Alfa, pp. 245-267.

FERRÃO, João (1996), “Três décadas de consolidação do Portugal democrático moderno”, in BARRETO, António, org., *A situação social em Portugal - 1960-1995*, Lisboa, ICS, pp. 165-189

GONÇALVES, Carlos Manuel (2003), “Emprego e Desemprego: algumas notas de reflexão”, in *Sociedade Portuguesa. Passados recentes e futuros próximos, Actas do IV Congresso Português de Sociologia*, Lisboa, APS [CD-ROM].

GONÇALVES, Carlos Manuel (2005), “Evoluções recentes do desemprego em Portugal”, *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, nº 15, pp. 125-163.

GONÇALVES, Carlos Manuel (2008) – “Dinâmicas do mercado de trabalho na Região Norte”, in GONÇALVES, Carlos Manuel (coord.), *A Região Norte de Portugal: mudanças e continuidades na contemporaneidade*, 2008, Porto, Instituto de Sociologia da faculdade de Letras do Porto.

INSTITUTO DE SEGURANÇA SOCIAL; I.P; GEOIDEIA (2005), *Tipificação das situações de exclusão em Portugal continental*, disponível em <http://panda.igeo.pt/pancd/pdfs/Exclusao.pdf>, [Data de acesso 16 de Março de. 2008].

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (1998), *Retrato das Regiões: Portugal*, Lisboa, INE.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (1999), *As gerações mais idosas*, Lisboa, INE.

MACHADO, Fernando; COSTA, António Firmino da (1998), “Processos de uma modernidade inacabada”, in VIEGAS, José Leite; COSTA, António Firmino da, *Portugal, que modernidade?*, Oeiras: Celta Editora, pp. 11-33.

MARQUES, Teresa Sá (2004) – *Portugal na transição do século: retrato e dinâmicas territoriais*, Porto, Edições Afrontamento.

PINHEIRO, Luisa (2008) – “As principais transformações ao nível das condições e da qualidade de vida na Região Norte”, in GONÇALVES, Carlos Manuel (coord.), *A Região Norte de Portugal: mudanças e continuidades na contemporaneidade*, 2008, Porto, Instituto de Sociologia da faculdade de Letras do Porto.

RESENDE, José Manuel; VIEIRA, Maria Manuel (2003), “Educação”, in INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA - *Portugal Social*, pp. 69-89.

ROGRIGUES, Fernanda, coord. (2006), *Norte 2015 – Inclusão Social* (Relatório Final), disponível em <http://www.ccr-norte.pt/regnorte/norte2015.php>, [Data de acesso: 29 de Abril de. 2008].

VAREJÃO, José Manuel (2005), *Norte 2015 – Emprego e Desemprego* (Documento de Enquadramento Preliminar), disponível em <http://www.ccr-norte.pt/regnorte/norte2015.php>, [Data de acesso: 15 de Março de. 2008].

¹ Esta comunicação vem no seguimento de um trabalho desenvolvido anteriormente, referimo-nos a Pinheiro (2008), para o qual se remete o leitor. Trabalho que se enquadrou no âmbito de um Projecto de investigação realizado por uma equipa do Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, financiado por concurso público pela Fundação para a Ciência e Tecnologia, intitulado “A Região Norte de Portugal: dinâmicas de mudança social e recentes processos de desenvolvimento” (POCI/SOC/57600/2004). Os resultados do Projecto encontram-se disponíveis em Gonçalves (coord) (2008).

² Sobre as dinâmicas do Terciário na Região Norte consulte-se, entre outros, Fernandes (1998); Gonçalves (coord) (2008).

³ Utilizando a Tipologia adoptada em ISS (2005), estamos perante territórios “envelhecidos e desertificados” (no caso do Douro e do Alto Trás-os-Montes) e de um “espaço industrial desqualificado” (no caso do Tâmega).

⁴ Sobre esta questão veja-se, entre outros, Almeida [et al] (1992; 2000); Costa (1999; 2000); Capucha (2005); Ferreira (2000; 2005); INE (1999); ISS (2005), Rodrigues (2006).

⁵ Considerando que um dos pressupostos de funcionamento do designado Estado-providência assenta na ideia de solidariedade e de interdependência das gerações, cujo financiamento é assegurado “basicamente por contribuições dos beneficiários e das entidades empregadoras e por transferência do Estado (cf., Lei nº 28/84, de 14 de Agosto), são perceptíveis as dificuldades financeiras apontadas.

⁶ São vários os estudos que referem que os indivíduos que se encontram na categoria de reformados/ pensionistas constituem um grupo particularmente vulnerável aos processos de pobreza e de exclusão social. Destacamos: Almeida [et al.] (1992; 2000); Capucha (2000; 2005); Costa (1999; 2000); INE (1999).

⁷ Decorrente das especificidades assumidas em termos de contabilização do número de beneficiários abrangidos pelas duas medidas (pelo RMG e pelo RSI), não é possível proceder a uma análise comparativa e longitudinal da informação.